

Modernização da economia

Brasil

A sensível queda das vendas do comércio, forçada pela manutenção da política de altas taxas de juros, e a decisão dos brasileiros de manterem investidos os seus cruzados bloqueados em março de 1990 muito influíram na decisão das autoridades da área econômica no sentido de apressar o processo de flexibilização da economia brasileira.

Com o fim do sistema de tabelamento de preços, que funcionava há cerca de três décadas, o Governo avança no caminho que se propôs desde o início, que é o de reformular inteiramente a vida econômica brasileira. A extinção da tabela da Sunab faz parte de um conjunto de medidas que vem sendo gerado no interior do Governo.

O ministro Marcílio Marques Moreira determinou a seus assessores que apressem todos os estudos que têm como objetivo forçar as mudanças em direção ao estabelecimento de um mercado realmente livre. Ele quer o fim do monopólio do mercado interno que foi dado aos industriais brasileiros, e que levou o País ao atraso econômico e tecnológico.

O ministro da Economia quer uma redução ainda mais rápida das alíquotas do imposto de importação para baixar os preços no mercado interno. De certa forma, esta decisão mostra que Governo e empresários não estão conseguindo um acordo para que esta mudança venha de modo gradual. O que reforça esta idéia é o fato de certos setores elevarem explosivamente seus preços toda vez que cai o tabelamento.

Este é o caso das montadoras que, em menos de um mês, aumentaram os auto-

móveis em até 38 por cento, e sobre este valor virá logo majoração média de 20 por cento, pelo lançamento dos modelos do próximo ano. Com isso perdem, e muito, os 4 milhões de reféns dos consórcios para aquisição de carros. A presença maciça de carros importados jamais permitiria aumentos como este.

Se num primeiro momento a queda dos preços pode ser feita com a ajuda da importação, a médio e longo prazos o Governo quer é a instalação no País de indústrias de capital estrangeiro. Este objetivo está bem claro no Emendão. Mas muita coisa ainda precisa ser feita para que o Brasil — que durante três décadas se caracterizou pelo protecionismo, pelos subsídios e pelo fechamento do mercado interno — conquiste a confiança dos investidores internacionais.

Concretamente, o País precisa reduzir seus impostos sobre a produção e sobre a remessa de lucros. Um estudo feito pela Câmara Americana de Comércio mostra que o Brasil, entre os maiores países do Terceiro Mundo, é o que mais taxa os lucros de empresas sediadas no exterior. Enquanto em Hong Kong as empresas deixam apenas 16,5 por cento do seu faturamento, no Brasil têm de pagar 58,8 por cento.

Mas a comparação deve ser feita mesmo é com o México, que hoje pratica uma alíquota de 45 por cento sobre as remessas para o exterior. Em 1992, este índice cai para 35 por cento. Graças ao seu acelerado processo de modernização, aquele país, ano passado, ficou com 8,4 dos 13,4 bilhões de dólares investidos, pelos países ricos, na América Latina.